

APRESENTAÇÃO

José Artur Teixeira Gonçalves
Editor da Revista INTERTEMAS

Investida em sua missão de publicar artigos científicos representativos no campo da reflexão jurídica, a revista **Intertemas** traz ao seu público leitor 14 textos inéditos de autores nacionais e estrangeiros, nas diversas áreas do Direito, sem perder o foco na interdisciplinaridade.

Em sua já tradicional seção de Doutrina Internacional, o periódico retrata importantes debates do meio universitário latino-americano, representado por autores do México e Venezuela, e também do contexto acadêmico europeu, especialmente de Portugal e Espanha. A temática constitucional é a tônica de três das quatro produções internacionais. Abrindo a seção, Luís Alberto Petit Guerra, da Universidad Santa Maria (Venezuela), trata da concretização da norma constitucional no ordenamento interno em consonância com os direitos humanos. O autor é sucedido por Marcos Del Rosario Rodríguez, da Universidad Panamericana (México), que discorre sobre a natureza e alcances da supremacia constitucional. Na sequência, o pesquisador Caíque Thomaz Leite da Silva, egresso das Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo e doutorando na Universidade de Coimbra (Portugal), focaliza os itinerários da metanarrativa constitucional e o constitucionalismo sincrético. Fecha a seção o texto do professor David López Jiménez, da Universidad de Huelva (Espanha), sobre responsabilidade social corporativa e a autorregulação de acessibilidade na web.

As contribuições nacionais traduzem uma variedade de temas expressivos, oriundos de um leque igualmente diversificado de instituições acadêmicas. No início da seção, o embate entre o equilíbrio fiscal e o mínimo existencial no que concerne ao direito à alimentação é problematizado por Dirceu Pereira Siqueira (FIO) e Marisa Rossinholi (UNIVEM). Logo na sequência, três artigos se enveredam pelas trilhas do Direito Processual Cível: “A recorribilidade quanto à decisão que encerra impugnação ao cumprimento de sentença em execuções plúrimas e sucessivas”, de Silas Silva Santos (FIAETPP); “O alcance subjetivo da multa coercitiva do art. 461 §4º, do CPC”, de Cláudia Helena Poggio Cortez (PUC-SP) e “Eficácia preclusiva da coisa julgada à luz da garantia de inafastabilidade da jurisdição”, do professor Gelson Amaro de Souza e do pesquisador de iniciação científica da FIAETPP, Fernando Soares Tolomei. Na sequência, figuram os artigos de Gustavo Rene Nicolau (FAAP-SP), que elabora uma panorâmica da união estável no Direito comparado, e de Rogério de Vidal Cunha e Heron Ungaretti Vaz (URCAMP-RS), sobre o Tribunal Penal Internacional e o princípio da jurisdição universal, no qual é apresentado o caso Al Bashir.

Os debates interdisciplinares propostos pelos quatro últimos artigos contribuem para enriquecer o presente volume com abordagens e temas enfocados à luz da linguagem, da história e da sociologia jurídica. Fernando Miranda de Jesus e Francys Layne Balsan (FAT-BA) proporcionam uma importante discussão sobre a simplificação da linguagem jurídica, colocando em tela a dificuldade de compreensão das decisões judiciais. Na sequência, dois trabalhos enfocam o direito sob ângulo histórico e historiográfico: Handel Martins Dias (UFRGS-RS) analisa a evolução dos poderes do pretor no Direito romano e o egresso do curso de Ciências Econômicas das Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo e doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo Cleyton Rodrigues dos Santos (USP) traz interessante estudo sobre a Lei Feijó (lei de 7 de novembro de 1831), que tinha como proposta reprimir o tráfico de escravos africanos. Encerra o presente número artigo acerca das barreiras à assistência religiosa no sistema prisional, de José Artur Teixeira Gonçalves, Mário Coimbra e Daniela de Lima Amorim (FIAETPP).

Por fim, destacamos o fato de ser bastante representativa a amostra da produção científica nacional trazida no presente volume. Os artigos nacionais compreendem oito instituições de ensino superior diferentes, distribuídas nos estados de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. Somando-se as produções estrangeiras, são pesquisadores de 12 instituições distintas que compõem este painel do saber jurídico.